

Finanças de Brasília

Em boa hora o governador do Distrito Federal, acompanhado de seu secretário de Fazenda e Planejamento, resolveu entender-se com o secretário do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, na última sexta-feira, em busca de soluções para alguns problemas financeiros sérios do Distrito Federal. Na agenda, segundo se informou, estavam na ordem do dia das conversações: a questão da complementação dos salários dos policiais civis, pagos pelo GDF; o abono devido aos professores e auxiliares de ensino e aos profissionais da saúde e, por último, as dificuldades de arcar com os custos do tíquete-alimentação por parte do tesouro brasiliense.

É de se esperar que a reunião não tenha se esgotado apenas nessas três questões, embora elas sejam mais urgentes e mereçam toda a atenção, tanto do GDF quanto da União. O problema é mais amplo e envolve uma questão que, desde 1960, data da inauguração de Brasília, vem rolando ao longo do tempo sem que haja uma atitude decidida de enfrentá-la. Trata-se, na verdade, das responsabilidades da União para com a sua capital da República, para com o distrito que é chamado de federal.

A pergunta é: qual a verdadeira extensão, qual o limite e qual grau de envolvimento que o Tesouro Nacional deve ter para

com o Distrito Federal? Se o distrito é federal, se esta unidade federativa não é um estado e nem um município, com acesso, portanto, aos recursos do Fundo de Participação, até onde vai sua obrigação de manter-se com suas próprias pernas, sabendo-se que Brasília é tombada, não pode ser mais que um centro administrativo e seria leviandade pensar que um dia o DF se tornará um ABC paulista?

Supõe-se que o governador Cristovam Buarque não tenha feito essas perguntas ao secretário Murilo Portugal, até porque são matérias constitucionais e de alta responsabilidade política, muito acima da esfera de decisões de ambas as autoridades, mais o secretário Wasny de Roure. Mas é a pergunta que, por falta de resposta adequada, obriga todo governador do Distrito Federal a peregrinar de ministério em ministério atrás de recursos que a União, com sabida má vontade, acha que é assunto local, matéria "candanga", que nada tem a ver com as responsabilidades do Governo Federal.

Tem, sim. E muito. Ainda agora o deputado Jofran Frejat prepara-se para formalizar projeto de emenda constitucional que cria o Fundo de Brasília, com 3% da Receita Federal. Pode estar aí o começo da solução do velho problema das finanças do GDF.